

# "Inquisição e cristãos-novos"

Heitor Martins

No momento em que esta nota era escrita, *Inquisição e cristãos-novos*, de Antônio José Saraiva, era o maior best-seller português do ano (1). Três impressões ("edições" chama-lhes o editor) foram publicadas: uma em fevereiro, outra em maio, e uma terceira em julho de 1969, perfazendo 11 mil exemplares. Considerando-se o preço do livro (60 escudos, isto é, aproximadamente NCr\$ 10,00) e o fato de tratar-se realmente de uma obra de "investigação e interpretação histórica" (como a classifica Oscar Lopes, acertadamente, na orelha do livro), o fenômeno é considerável.

Sem dúvida o tema é de interesse permanente, para frasar o Conselheiro Acácio. E pode mesmo ser que haja uma qualidade alegórica neste interesse, já que muita gente estará lendo entrelinhas muito atuais nestas páginas. De qualquer maneira, nada disto, por si só, explicaria o sucesso do livro. A razão deve-se procurar noutra campo e este é a indubitável qualidade e originalidade de enfoque de Antonio José Saraiva no tratamento de um tema-tabu, mas que, como componente, está na raiz mesma da formação da nossa sociedade contemporânea não só em Portugal mas no próprio Brasil.

A tese central (porque há muitas teses neste livro) de Antônio José Saraiva, repetida em várias partes da obra, pode ser resumida num período:

*"... ao passo que no resto da Europa as perseguições acabaram pela exterminação, expulsão ou assimilação da minoria judaica, num movimento de cilindragem e de igualização que tendia a abolir a lei particular e a discriminação dentro de cada coletividade, na Península Ibérica o processo de assimilação e extermínio foi seguido de um outro em sentido contrário, isto é, de um processo de dissimilação que conduziu a uma nova discriminação e criou, em lugar da antiga minoria extinta, uma nova minoria com estatuto social de inferioridade"* (p. 24).

ou, na frase de frei Domingos de Santo Tomás, que serve de epígrafe à obra: a Inquisição era uma fábrica de judeus. Os treze capítulos em que *Inquisição e cristãos novos* se divide examinam, com detalhe de informação e interpretação, este fenômeno desde os primórdios da perseguição judaica no século XVI até a extirpação do instituto inquisitorial pelo marquês de Pombal, já na segunda metade do século XVIII.

Merece atenção especial a análise do volume secreto *Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal* (Lisboa: Manuel da Silva, 1640), aprovado pelo Inquisidor geral D. Francisco de Castro, compreendendo todo o capítulo III, "O processo" (pp. 75-107). Este impressionante documento, que poderia bem ser o código do juiz kafkeano, como lembra Antônio José Saraiva, não cremos tenha sido jamais analisado e estas 32 páginas deverão certamente provocar uma completa revisão nas opiniões da "honestidade" e "seriedade" processual dos inquisidores.

Como funcionava, politicamente, esta fábrica de judeus? A tese complementar que o autor nos apresenta, tão importante como a primeira, pode resumir-se de maneira generalizante: os cristãos-novos se localizam socialmente entre o fidalgo, rico ou pobre, e o camponês (ambos "cristãos-velhos") e, como tal passa a ser o inimigo natural dos primeiros e o bode expiatório das frustrações, ignorância e da necessidade de "purificação coletiva" (p. 162) dos últimos; forma-se então uma clara luta de classes em que o mercantilismo ascendente é violentamente combatido (e espoliado) pela nobreza feudal, com a ajuda da "arraia muída", agulada pelo baixo clero.

Até aqui a tese de Saraiva. Aceitamo-la até onde determina a base formativa da Inquisição portuguesa: isto explicaria sua instalação e atividade no primeiro século. Sua prolongada existência, entretanto, faz-nos pensar duas vezes nestes fundamentos puramente econômicos, que permitiriam a presença de uma barbárie de natureza constante por mais de dois séculos e a sua destruição num abrir e fechar de olhos. As lutas de classes costumam acabar mais violentamente do que com dois ou três decretos pombalinos, já que os elementos derrotados não abandonam facilmente a arena. E o próprio Saraiva, que deve ter tido as mesmas dúvidas, sugere um aspecto mágico-religioso, catarse coletiva:

*"Estamos provavelmente perante um ato que tem a natureza, a um tempo, de um sacrifício ritual e de uma purificação coletiva. Tratava-se de sacrificar à divindade e de exorcismar o mal. Neste ponto se tornaria necessária uma análise etnológica dos auto-de-fé à luz dos rituais mágicos"* (p. 162).

Este apelo à etnologia talvez desse melhores resultados se aconselhasse antes a busca das conexões entre este sistema de organização política e outros sistemas opressivos modernos, e não suas bases ritualísticas. A inquisição portuguesa tem semelhanças consideráveis com a instituição do escravagismo africano na América, ou com formas políticas de caráter fascista como o nacional-socialismo (na direita) e o stalinismo (na esquerda). Não é áto que o José K. de *O processo*, de Kafka, aparece várias vezes esporadicamente dentro deste livro, como elemento de metáfora.

Um fato que surge imediatamente ao se considerar a Inquisição portuguesa (à luz da interpretação de Saraiva) é que ela se institucionaliza e através de sua atividade política, cria uma verdadeira ideologia. Não uma ideologia do cristão-novo (que o autor examina às pp. 209-235), que não é de todo importante a não ser como referência, mas uma ideologia da Inquisição, do povo e da nobreza que a sustentavam e até mesmo das vítimas que sofriam sua ação. Isto explicaria a permanência de famílias ricas (e, consequentemente capazes de exilar-se) de cristãos-novos cuja "impureza de sangue" daria matéria-prima à "fábrica de judeus"; e explicaria a cooperação do povo miúdo na sua base de sustentação, mesmo sem qualquer lucro material, já que uma ideologia nacional tende a apelar para sua participação emocional. Estado "purificação coletiva" talvez fosse melhor considerada como uma sensação de participação numa comunidade, uma medicina contra o sentimento de alienação que teriam os portugueses ("cafres da Europa", como dizia o pe. Vieira) em vista de sua pobreza, ignorância e brutal inferioridade na escala social. Outra coisa não procuraram fazer o nazismo e o estalinismo, embora sua existência fosse extremamente mais curta. E, mais próxima da Inquisição portuguesa pela sua longevidade, a instituição do escravagismo negro na América, que permitiu até mesmo a fundação de um Império, e cuja força vital evitou seu colapso por muito tempo, já mesmo quando era economicamente inviável (2). Como toda ideologia, a Inquisição portuguesa buscava seus inimigos entre os fantasmas ("os judeus estavam em vias de dominar o país"), da mesma maneira que a ideologia escravagista explode na segregação racial, e as formas fascistas de governo explodem em xenofobias variadas (anti-semitismo, macartismo, perseguição internacional, "revoluções culturais").

É a esta área obscura da mentalidade humana que faz apelo este tipo de ideologia — e é pelo medo que subsiste. Por isso também é que ela pode ser subjugada (mas não destruída) por meia dúzia de decretos (Lei Aurea, leis pombalinas) que reorganizem a Jurisprudência e que venham

*"Rasgando o denso véu com que a cobria  
A Ignorância feia",*

como comenta o poeta Antônio Diniz da Cruz e Silva, entoando as glórias de Pombal (*Poesias*, tomo V, Lisboa: Imprensa Regia, 1815, p. 111). O estatuto pombalino substituiu pacificamente o *Regimento do Santo Ofício*, como a Lei Aurea substituiu o estatuto escravocrata, e a mudança ideológica toma ares de coisa feita em família, sem modificar basicamente a estrutura econômica da sociedade. Onde o elemento econômico é mais importante que o ideológico, a luta é sempre violenta (guerra civil norte-americana).

Como ideologia a Inquisição portuguesa permanece, embora subjugada, e sua cabeça surge às vezes em movimentos de reação e obscurantismo. Os tempos mudam, as idéias e os métodos permanecem. Daí a atualidade do tema, e parte da razão do sucesso popular deste excelente livro.

Cumpriria agora, ao historiador de idéias, procurar ver no curioso mundo intelectual deste período, principalmente o século XVII e a primeira metade do XVIII, a exata definição dos termos desta ideologia, que certamente aí será encontrada, naqueles produtores que se fazem à sombra das instituições dominantes: líricos filipinos, poetas palacianos ou dos paços nobres, moralistas fradescos, épicos da Índia, escritores de sociedade, isto é, o conjunto amorfo e mais ou menos igualitário que forma o período barroco em língua portuguesa. O remexer deste material talvez não seja convidativo, mas o exame desta sociedade terá sua utilidade. Se mais não fora, para evitar que ela se repita.

Ao se fazer um estudo deste tipo, o posto avançado cabe ao livro de Antônio José Saraiva, que a despeito de toda crítica que se lhe possa lançar em rosto, é a mais séria tentativa de análise de um fenômeno que tem uma forma específica portuguesa mas que, de certa maneira, é apenas um dos muitos exemplos do terror ideológico continuado.

1) Antônio José Saraiva. *Inquisição e cristãos-novos*. Coleção Civilização Portuguesa. Porto: Editorial Inova, 1969.

2) Sobre o caráter ideológico do escravagismo no Brasil não cremos que exista qualquer obra. Nos Estados Unidos, o historiador Eugene Genovese se tem dedicado a este tipo de estudo, com relação às plantações do Sul. No campo da ciência política, a que deveria pertencer este estudo, Max Weber já criou o conceito de "violência física" (*Gewaltsamkeit*) como monopólio estatal. E uma visão originalíssima, embora mais polêmica, do problema, transportado etnologicamente para uma sociedade primitiva, pode ser encontrado no recente volume de E. V. Walter, *Terror and Resistance* (Oxford, 1969).